

ENSINO DE CIDADE E URBANO: UMA PROPOSTA TEÓRICO- METODOLÓGICA PARA PENSAR A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA SALA DE AULA

Autor: Marcos André Santos da Silva Junior

Filiação institucional: Mestrando (UERJ-FFP)

E-mail: marcos.geouerj@gmail.com

RESUMO:

A discussão sobre planejamento urbano da cidade e o ensino de Geografia são de suma relevância na construção da formação crítica-cidadã do aluno, pois a Base Nacional Comum Curricular regulamenta a necessidade de trabalhar com as diversidades socioespaciais locais em sala de aula. Neste sentido, o atual artigo propõe caminhos para uma aprendizagem significativa dos conteúdos de cidade e urbano a partir das contribuições teórico metodológicas do estudo de caso e da didática histórico-crítica, tendo como recorte espacial, estudantes de escolas localizadas em espaços segregados. O intuito é a partir da mediação didático pedagógica dos conteúdos de cidade e urbano, torná-los leitores críticos de sua realidade espacial, elemento essencial para a formação cidadã.

Palavras-chave: Ensino de cidade, segregação socioespacial, cidadania.

GT - 6: Geografia e apropriação urbana ensino de cidade e das comunidades tradicionais

INTRODUÇÃO

As experiências adquiridas como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) em escolas estaduais do município de São Gonçalo (2014-2018) e como monitor da disciplina "Metodologias e Práticas Pedagógicas da Geografia" (2016-2018), além da participação no Projeto "Leitura sobre as espacialidades das cidades e suas representações na sala de aula" entre 2016 a 2019, ambos vinculados à uma instituição de ensino superior, bem como a experiência, como professor da rede privada na cidade de São Gonçalo levaram-me a pensar metodologias de ensino com o objetivo de trabalhar os conteúdos relacionados à cidade e ao urbano e à problemática da segregação socioespacial. Neste contexto,

cabe destacar a cidade como objeto de estudo e o urbano como fenômeno que se inscreve espacialmente na cidade.

Podemos dizer que a formação do professor pressupõe reflexões constantes acerca de suas práticas docentes, ou seja, a dimensão pedagógica torna-se elemento central na ação profissional docente. Neste contexto, buscam-se abordagens teórico-metodológicas que possibilitem uma aprendizagem significativa dos alunos sobre processo de segregação socioespacial e seus impactos no cotidiano deles e comunidade escolar. Dessa forma, estudar sobre a garantia do direito à cidade, se tornar uma forma de produzir coletivamente a cidade, pois ela produz-se concomitantemente a nós mesmos, ou seja, a maneira de viver e estar na cidade está intrínseca a maneira como ela é constituída, mas também como a vivemos

A cidade se caracteriza por um espaço social apropriado e construído por diferentes grupos da sociedade. Já a pobreza não é apenas um fator socioeconômico, mas também um modelo espacial que, no contexto urbano, se materializa na segregação socioespacial. Cabe ressaltar a contribuição da educação geográfica para ler e estar no mundo através da transposição didática dos conteúdos geográficos na escola. Desse modo, considera-se o espaço vivenciado pelos alunos com o propósito de contribuir para o entendimento dos processos formadores da realidade socioespacial em que estão inseridos com o intuito de alinhar prática pedagógica e epistemologia da ciência geográfica.

O ensino de Geografia na educação básica busca discutir a cidade a qual pode ser entendida como objeto pedagógico de aprendizagem e ensinar a cidade possibilita pensar o processo de organização espacial no qual os estudantes vivenciam. Neste contexto Paiva e Júnior (2005) afirmam que é necessário pensar o espaço da cidade como o lugar das experiências cotidianas dos alunos, permeado por contradições socioeconômicas e ambientais, capaz de desenvolver a cidadania por meio do processo educativo e Sacramento (2017) corrobora dizendo que é possível articular com os estudantes o debate acerca da cidadania e o seu direito à cidade, moradia, lazer, educação, trabalho.

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que a cidade é uma obra construída pelas práticas socioespaciais vinculadas às necessidades e condições históricas. Compreende-se o urbano como um fenômeno que se materializa na cidade por meio de diferentes agentes que o constroem. Neste contexto, trata-se a questão da segregação como algo restrito ao espaço urbano e tem seu fundamento na propriedade privada e está relacionado ao déficit habitacional.

Podendo ser considerada a partir de três perspectivas: a autossegregação, segregação imposta e induzida, se caracterizando como uma expressão espacial das classes sociais, na medida que ocorre a parcelarização do solo urbano a partir do indicativo de renda.

Este texto é parte da pesquisa de mestrado intitulada "Ensino e a cidade de São Gonçalo-RJ: Intervenções didáticas para pensar o planejamento urbano e a segregação socioespacial na cidade" na qual busca-se mediar o ensino de cidade e urbano relacionando com o processo de segregação socioespacial na cidade de São Gonçalo. O município faz parte da região leste metropolitana, se localiza na orla oriental da Baía de Guanabara em frente a cidade do Rio de Janeiro e o que as separa é um estreito braço de mar e atualmente pertence à região leste metropolitana, do Estado do Rio de Janeiro.

A partir da consulta e análise de dados no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2019 sobre trabalho e rendimento e taxa de escolarização entre 6 a 14 anos em São Gonçalo-RJ, foi possível verificar que o perfil populacional da cidade é marcado pela pobreza. Estima-se que haja mais de 1 milhão de habitantes, tendo 34,5% dos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa e apenas 11% da população possui empregos formais, com salário médio mensal de dois salários mínimos, além disso a avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) sobre os anos iniciais e finais do ensino fundamental da rede pública da cidade demonstram que os índices apresentados estão entre os piores do Estado, de 92 municípios, São Gonçalo-RJ ocupa a 87^o e 88^o no ranking estadual.

Do ponto de vista da segregação socioespacial, Gonçalves (2012), afirma que é na região de Neves e centro da cidade, que se concentra um número significativo de assentamentos precários que constituem áreas favelizadas. Ainda segundo o autor, bairros localizados nas regiões Norte e Nordeste do município concentram piores indicadores quando se refere à infraestrutura urbana (GONÇALVES, 2012).

Assim, o objetivo geral do trabalho é propor caminhos para pensar a segregação socioespacial no ensino de Geografia, tendo como objetivos específicos identificar esses espaços segregados na cidade compreendê-los a partir das práticas socioespaciais dos alunos, analisar os principais problemas enfrentados por esta parcela da população e junto aos alunos, propor intervenções com o intuito de resolução das problemáticas identificadas.

No primeiro tópico, será debatido o conceito de espaço a partir de Santos (2008) que argumentou que o espaço é formado por um conjunto indissociável dos sistemas de objetos e ações que interagem dando dinâmica ao espaço por meio das técnicas. Já no segundo tópico serão abordados os conceitos de cidade e urbano e conseqüentemente a segregação socioespacial, e serão utilizados como referenciais teóricos Campos (2004); Campos *et al.* (2015), Carlos (2007), Correia (1989, 2013); Lefebvre (2000); (2001); Santos (1979) e Vilhaça (1998). No terceiro tópico, serão discutidas abordagens teórico-metodológicas para pensar o conceito de segregação socioespacial no ensino de Geografia por meio do arcabouço teórico metodológico do estudo de caso e da didática histórico-crítica, assim como reflexões sobre as contribuições da educação geográfica para uma aprendizagem significativa a partir dos seguintes referenciais teóricos, Couto (2010); Gasparin (2002); Kozel (2001); Saviani (2009); Cavalcanti (1998); Ludke e André (1986), André (2005); Yin (2001); Santos (2007); Sacramento (2014), (2017); além de Santana Filho (2006) e Leite (2019).

1. O ESTUDO SOBRE O ESPAÇO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO

Para pensar a questão da segregação socioespacial enquanto um fenômeno urbano que materializa as contradições socioeconômicas espacialmente afetando a qualidade de vida dos mais empobrecidos, é necessário antes remontar de forma breve a história como meio no qual o espaço assegura as continuidades e descontinuidades a partir de um sistema indissociável de objetos e ações, como afirma Santos (2008, p. 63):

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Ainda segundo o autor considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, permite compreender o resultado desta interação como processo e resultado. Para Vilhena (1979), o objeto é independente do sujeito que o conhece. Possui existência e história própria, mesmo que não independente da sociedade, ou seja, o indivíduo é confrontado com essa realidade objetiva que lhe é exterior, mas que incide sobre ele. Partindo deste princípio, toda a criação de objetos segundo Santos (2008) responde a condições sociais e técnicas que ocorreram em um dado período histórico sendo a sua

reprodução relacionada às condições sociais, o que corrobora com a perspectiva de Lefebvre (2001) sobre a cidade, o autor aponta a dimensão histórica e social como parte constituinte de sua construção, a entendo como uma obra construída em função das práticas socioespaciais de seus habitantes.

A sociedade produz diferentes relações interligadas à transformação do material, ou seja, pela necessidade em desenvolver objetos tanto naturais quanto artificiais, pois através do seu trabalho garante relações diferenciais com variados homens que acabam no fim, transformando este espaço social. Estas relações modificam não só as formas de pensar e vivenciar o espaço, mas o próprio homem que vai modelando, interpretando, recriando um espaço concreto e, assim, construído por uma sociedade. Para Santos (2008), os objetos que existem na superfície terrestre, seja ele os aspectos naturais ou artificiais (resultado da ação humana), são objetividades que se criam fora dos sujeitos e se tornam instrumentos materiais de suas vidas.

Neste contexto, segundo Morgenstern (1960) a ação é um processo dotado de propósito, no qual um agente muda concomitantemente alguma coisa e a si mesmo. No entanto conforme argumenta Santos (2008), as ações são dimensionadas e operadas a partir de uma distinção entre a "escala de realização das ações e a escala do seu comando", ou seja, boa parte das ações que se materializam em um lugar são produtos de necessidades alheias ao próprio sujeito que habita aquela espacialidade, embora participe do processo de ação a partir de sua corporeidade. Assim, explicar o espaço geográfico como uma parte da construção e da reprodução social, é localizarmos neste contexto, que os objetos produzidos, que os nossos atos são parte da dialética, mas que se mistura a uma transformação social do próprio ser em seu espaço vivido, aqui referindo à cidade vivenciada, que é um objeto construído e produzido a partir das ações e normas estabelecidas por diferentes agentes, incluindo os estudantes que a vivenciam.

Tais ações são resultados de necessidades socioeconômicas, culturais, afetivas e conduzem o sujeito a agir. Essas ações permitem que cada um consiga perceber e se relacionar com o espaço geográfico a fim de usá-la para seus determinados fins. Sendo assim, com a questão de produzir novos espaços, a sociedade vai produzindo, modificando seu ato de pensar por conta de cada contexto e processo vivido, possibilitando assim, novas formas de se relacionar não só com sua sociedade local, mas com o mundo que o cerca. Por isso, surgem

novas maneiras de se criar ações e objetos os quais permitirão que este espaço se torne mais segregado, contraditório e complexo.

Nesta dinâmica entende-se que diferentes sujeitos precisam estar na construção dessas ações dentro do espaço geográfico, por isso é a partir da corporeidade dos sujeitos, estudantes de espaços segregados e sua relação com as diferentes escalas de ações e comando que estão contidas em seu cotidiano, que se propõe compreender as contradições produzidas no espaço urbano por meio do arcabouço teórico metodológico do estudo de caso e da didático histórico-crítica. Dessa forma, argumenta Couto (2010), seria possível pensar o ensino com a Geografia dialogando com a realidade do aluno, de modo a proporcionar uma aprendizagem significativa.

2- A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES

Neste tópico, serão discutidas a formação do espaço urbano e a segregação socioespacial nas cidades. Neste sentido, busca-se compreender a cidade no contexto urbano capitalista e quais agentes a produzem. Em relação ao conceito de cidade, Lefebvre (2001, p.4) a concebe como uma obra construída pelas práticas da sociedade no espaço/tempo de acordo com as necessidade e condições históricas de cada momento. Harvey (2005) destaca que a cidade capitalista está estruturada internamente a partir da produção social do espaço e do capital. Para isso se faz necessário transformar a cidade, com objetivo de garantir a reprodução do sistema capitalista.

Em relação à cidade no contexto capitalista, Corrêa (1989, p.7) aponta que ela se caracteriza em um primeiro momento como um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”. Tais usos definem áreas, de concentração de atividades comerciais, áreas industriais, áreas residenciais “distintas em forma e conteúdo social”, áreas que ficaram nos planos para investimentos futuros. No entanto justifica Corrêa (1989, p.8), que o espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, à medida que as partes mantêm relações espaciais com as demais. Estas relações se manifestam através dos fluxos de veículos, pessoas; e esta “divisão articulada”, que argumenta o autor, “é a expressão espacial dos processos sociais”, ou seja, o espaço urbano aqui é apreendido como reflexo e também condicionante da sociedade em seu movimento histórico. Um exemplo disso é a forma como na cidade capitalista está

alocada as classes sociais subalternizadas, em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes e as desigualdades produzidas em seu seio de forma contínua e induzida.

Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano é constituído por diversos usos da terra. Cada um deles pode ser observado como uma forma espacial. No entanto, não tem existência autônoma entre as partes, existindo porque nela se realizam uma ou mais funções, isto é, atividades como a produção e venda de mercadorias, prestação de serviços diversos ou até mesmo uma função simbólica, vinculadas aos processos da sociedade em seu movimento histórico. Importante frisar que as formas espaciais derivadas dos diferentes usos da terra são produzidas socialmente e por agentes concretos. Neste sentido cabe apresentar, que agentes produzem o espaço urbano.

Em relação ao espaço urbano argumenta Corrêa (1989, p. 11):

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas ao longo do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos atuando sobre o espaço.

Importante considerar, que a atuação destes agentes se faz dentro de uma legalidade jurídica que regula a ação dos mesmos. Este marco não é necessariamente isento, em geral, reflete-se o interesse dominante de um dos agentes, o que permite que haja transgressões, sempre que for do interesse do agente dominante e segundo Corrêa (1989), estes agentes sociais são os seguintes: “Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários promotores imobiliários, Estado, grupos sociais excluídos.” (p.11)

Neste contexto Corrêa (1989, p. 19), em relação a atuação dos proprietários fundiários e o processo de segregação socioespacial:

Em uma cidade onde existe segregação sócio-espacial, com um setor periférico, não atraindo, portanto, grupos sociais de elevados status, não resta aos proprietários fundiários senão o loteamento de suas terras como meio de extrair a renda da terra. E se trata de loteamentos populares, com o mínimo de infraestrutura. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo que para aí se desloca, não há interesse desses proprietários em se transformarem em promotores imobiliários. Apenas realizarão o loteamento: as habitações serão construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado que aí implanta enormes e monótonos conjuntos habitacionais.

Desta forma, os grupos com um indicativo de renda mais elevada residem em imóveis mais caros e localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado.

O processo de segregação socioespacial atinge sobretudo os mais empobrecidos, os grupos sociais excluídos, como aponta Corrêa (1989, p.29)

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso a bens e serviços produzidos socialmente. (...) A habitação é desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, isto quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos sintomas mais significativos de exclusão, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, baixo nível de escolaridade, o desemprego e o subemprego e mesmo o emprego mal remunerado.

É importante ressaltar que é papel do Estado a implantação de serviços públicos, tais como o calçamento, água encanada, tratamento de esgoto, iluminação pública, parques, coleta de lixo regularmente etc. É função do Estado também a elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo no espaço urbano. Por este motivo, no que tange a implementação de serviços públicos, a atuação espacialmente desigual do Estado cria espacialidades diferenciadas, do ponto de vista da infraestrutura urbana, o que interfere de forma efetiva nos espaços na segregação residencial.

Para Antunes (1986, p. 81), a segregação é o ato de separar, de pôr à parte grupos sociais. Corroborando com esta ideia Vilhaça (1998) pontua que a segregação é um processo em que diferentes classes sociais tendem a se concentrar cada vez mais em determinados bairros da metrópole ou região metropolitana. Desta maneira, se consolida a concentração de uma dada classe em determinados espaços nas cidades urbanizadas. Sendo a segregação, segundo Lojkine, citado por Vilhaça (1998, p.146), a manifestação da renda fundiária urbana a partir do mecanismo de precificação do solo urbano.

Do ponto de vista filosófico, Baitello Júnior (1994, p. 19), debate o significado das palavras agregar e segregar. Segundo o autor, elas simbolizam conceitos que revelam uma dimensão de oposição: “Uma quer dizer acolher e a outra quer dizer separar, discriminar, marginalizar”. Ou seja, pessoas privilegiadas do ponto de vista socioeconômico, tenderiam a se agregar e se relacionar e os grupos mais empobrecidos da sociedade seriam excluídos ou incluídos de forma precária no espaço urbano de forma induzida ou imposta. Diante disto, pode-se dizer que existem especificidades econômicas, políticas e sociais, que criam formas espaciais que agregam e segregam pessoas e objetos, e estes elementos se inscrevem na paisagem e no cotidiano da vida urbana.

Segundo Corrêa (2013), a segregação residencial se inscreve espacialmente a partir de três perspectivas: a autosegregação, a segregação imposta e a segregação induzida. A autosegregação se refere a forma espacial das classes associada à elite, e ocupam as áreas mais nobres e privilegiadas da cidade, com habitações amplas em condomínios confortáveis e com acesso à segurança

A segregação imposta atinge diretamente grupos sociais que por razões socioeconômicas não possuem renda formal ou informal suficiente para custear aluguéis ou financiamentos, ficando sem alternativas de escolha locacional e tipos de habitação, sendo a favela um exemplo prático disto. Já a segregação induzida afeta grupos empobrecidos como os assalariados microempreendedores individuais, trabalhadores informais e permite dentro de condições socioeconômicas específicas viverem em conjuntos habitacionais, grandes e médios loteamentos entre outras possibilidades espaciais.

A partir da compreensão das três perspectivas de segregação, buscou-se em Carlos (2007), uma contribuição para pensar como este fenômeno impacta o cotidiano dos habitantes das cidades. Neste sentido, a autora pontua que a segregação se apoia na existência da propriedade privada e altera as relações socioespaciais, ao reduzir os espaços públicos, onde a vida acontece de forma mais coletiva e justa. Partindo deste pressuposto, a segregação socioespacial se caracteriza como a negação do urbano ou da vida urbana, como um direito ao uso da cidade no seu sentido pleno. Neste sentido, a abordagem no ensino de Geografia de temas sobre a cidade e o urbano são importantes, pois possibilitam aos alunos o confronto entre as diferentes percepções da cidade e o conhecimento geográfico com o objetivo de se garantir o direito à cidade, tomando como referência Lefebvre (2001).

Outros autores, também contribuíram para a discussão acerca da segregação, entre eles estão Gonzales (1985), Corrêa (1987), Guidugli (1986), Costa (1998) e Davidovich (1989), demonstraram que a separação socioespacial entre diferentes classes sociais é historicamente construída, pois, na medida em que o espaço se transforma, os seus atores assumem no palco montado no urbano, o seu lugar. Desse modo, Campos *et al.* (2015) argumenta que a pobreza urbana e a segregação residencial podem se expressar em diferentes formas espaciais que se materializam em favelas, grandes conjuntos habitacionais, colônia de pescadores, grandes e médios loteamentos entre outras possibilidades espaciais" (CAMPOS *et al.*, 2015, p. 34)" e são resultados da segregação imposta ou induzida conforme alegou Corrêa (2013). Cabe destacar,

que neste trabalho, estas duas perspectivas são as proposições pensadas para o ensino com a Geografia.

Assim, ao pensar a materialidade da segregação espacial a partir da cidade de São Gonçalo, foi possível perceber o quanto a cidade foi modificada de acordo com os interesses das grandes corporações e dos poderes políticos que a partir de suas ações produziram a pobreza urbana e a segregação residencial na cidade.

3- O ENSINO DE GEOGRAFIA E O PENSAR A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA VIDA COTIDIANA DOS ESTUDANTES DE SÃO GONÇALO-RJ

Os motivos que me levaram a pesquisar sobre o ensino de geografia e a segregação socioespacial em São Gonçalo-RJ tem sua origem ainda na educação básica, quando os conteúdos de cidade e urbano eram abordados em torno da industrialização, poluição dos rios e atmosfera, desigualdades sociais, crescimento desordenado e ocupação de encostas. No entanto, os professores, ao trabalharem estas temáticas, não levavam em consideração a minha realidade, onde estes elementos estavam espacializados. Desde então, passei a refletir sobre a contribuição do ensino com a Geografia para pensar o conteúdo de cidade e urbano tendo como elemento espacial a cidade de São Gonçalo-RJ.

Neste tópico, busca-se contribuir com apontamentos teórico-metodológicos para a discussão acerca do conteúdo de segregação no ensino de Geografia. Para isso, propõe-se pensar a segregação socioespacial a partir do estudo de caso ação com alunos de escolas residentes nessas espacialidades, tendo como metodologia de ensino a didática-histórico crítica para a mediação didática do conteúdo.

Para a mediação dos conteúdos de segregação socioespacial na cidade e o ensino de Geografia, propõe-se uma concepção geográfica que estivesse vinculada à prática social do aluno no sentido de promover uma aprendizagem significativa. Para isso, a abordagem didática histórico crítica pensado por Gasparin (2002) propõe caminhos para organização do conteúdo a partir de 5 passos que podem ser organizados a partir da perspectiva de como o professor constrói sua aula :

1- Prática social inicial do aluno: Em um primeiro momento, apresentar a proposta de pensar a questão da segregação socioespacial como um fenômeno urbano que se espacializa nas

idades e a partir das diferentes formas de representações que os alunos farão do lugar que vivenciam, compreender os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos.

2- Problematização do tema: Analisar as diferentes representações e formas de linguagem acerca do espaço vivido por eles e identificar os elementos das paisagens naturais, paisagens construídas, elementos móveis, elementos humanos ou outro aspecto ou particularidades conforme aborda Kozel (2001). Ainda segundo Saviani (2009), trata-se de detectar as problemáticas que precisavam ser resolvidas no âmbito da prática social.

3- Instrumentalização: O que se propõe é uma pesquisa que parta da compreensão espacial dos alunos sobre o lugar que vivem a partir da produção de mapas mentais e temáticos, relatos orais e/ou escritos de experiências, imagens, vídeos, questionário, entrevista, trabalho de campo entre outros. Durante os encontros a discussão espacial poderá ser balizada pelos conceitos de espaço, lugar, território, região e paisagem para pensar os conteúdos de cidade e urbano e a problemática da segregação socioespacial induzida e imposta nas metrópoles e regiões metropolitanas.

4- Catarse: Pretende-se com as ações didático-pedagógicas possibilitar aos alunos a compreensão de que a materialidade e a concreticidade que compõem o seu cotidiano fazem parte de um fenômeno urbano que se espacializa em escala local/global que é a segregação socioespacial, identificando problemas sociais e ambientais e propondo intervenções no sentido de resolução da problemática. Cabe ressaltar que o conteúdo, passa ter uma significação constituindo-se como um novo instrumento de trabalho, de luta e construção da realidade pessoal e social dos discentes. (GASPARIN, 2002, p. 126). Ainda segundo o autor, existem duas formas de se avaliar a Catarse, a formal e a informal. Na forma informal, o aluno escolhe o modo como deseja se expressar em relação aos conteúdos aprendidos. Já no modo formal, o docente propõe formas de verificar o processo de aprendizagem através de construções de maquetes, cartazes, mapas temáticos, redações e resumos.

5- Prática social final: Propõe-se que a partir da compreensão do fenômeno da segregação socioespacial induzida e imposta na cidade, o aluno consiga pensar em ações práticas de intervenções socioespaciais tornando-os cidadãos ativos e leitores críticos dos fenômenos urbanos se que inscrevem espacialmente na cidade. Sendo esta etapa definida como o novo nível de desenvolvimento dos educandos, ao colocarem em prática os novos conhecimentos adquiridos. Partindo deste princípio, Cavalcanti (1998) denominou de transmutação pedagógica

didática, ao pensar a transformação dos conteúdos da ciência em conteúdos de ensino escolar no sentido de prover um olhar crítico acerca da cidade, elemento essencial para a formação cidadã.

4- O ESTUDO DE CASO NAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DOS ALUNOS NOS ESPAÇOS SEGREGADOS

Para a investigação dos espaços segregados, propõe-se a utilização teórico-conceitual do Estudo de Caso aplicado recentemente para compreender as práticas socioespaciais dos alunos de um bairro na região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como referencial, LUDKE; ANDRÉ (1986), ANDRÉ (2005) e YIN (2001).

André (2005) comenta que o Estudo de Caso surge na Sociologia e Antropologia no final do século XIX e início do século XX, onde a principal proposta dos educadores era analisar características e atributos da vida social. Do ponto de vista teórico-conceitual trata-se de uma forma particular de estudo a partir da escolha de um objeto a ser estudado. Partindo deste princípio, o interesse está associado a aquilo que estes espaços possuem no que tangem as suas particularidades, afirma (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17). Neste contexto, segundo Yin (2001) a função do Estudo de Caso, é a partir da investigação de uma determinada espacialidade, contribuir para a análise dos fenômenos sociais e políticos que se inscrevem espacialmente, podendo a pesquisa incluir evidências quantitativas e qualitativas.

Ainda segundo André (2005), o Estudo de Caso pode ser dividido em quatro grupos: etnográfico, avaliativo, educacional e ação. A escolha da abordagem do Estudo de Caso ação para pensar os espaços segregados teve como inspiração a dissertação desenvolvida por Leite (2019), para ele o objetivo principal do Estudo de Caso é contribuir para que os alunos desenvolvam raciocínios geográficos por meio de intervenções didático-pedagógicas, visando o aperfeiçoamento de suas ações, incentivando suas capacidades de leitura e interpretação da sua realidade socioespacial de forma crítica, elemento importante para a formação de uma consciência cidadã dos estudantes. Para isso, se faz necessário abordar a formação histórica e geográfica da cidade e investir nas reflexões sobre a contribuição da educação geográfica para o aperfeiçoamento das práticas socioespaciais dos discentes tornando a aprendizagem significativa.

Importante ressaltar que para uma educação geográfica voltada às práticas socioespaciais dos alunos pressupõe uma transposição didática que possibilite o ensino e aprendizagem de Geografia na escola básica. Pois para o entendimento sobre o espaço vivido na cidade é necessário que o aluno tenha um olhar para além das paisagens, ao analisar como os lugares são construídos social e espacialmente. Desse modo, seria imprescindível pensar os elementos físicos que compõem a paisagem como: "relevo, solo, lugar, rios, os elementos técnicos, os objetos e outros fenômenos" ligados ao movimento da própria sociedade no sentido de desenvolverem a leitura espacial sobre a cidade sob a luz dos conhecimentos geográficos.

É sob esta perspectiva que se pensou o estudo de caso dos espaços segregados na cidade de São Gonçalo-RJ a partir das práticas socioespaciais dos alunos. No entanto, esta forma de estudo pode ser aplicada em diferentes realidades urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se desenvolver uma discussão para pensar a importância do estudo da cidade e do urbano, partir da proposição teórico metodológica da didática histórico-crítica e Estudo de Caso, para construir uma mediação didática vinculada às práticas socioespaciais de alunos residentes em espaços segregados, no caso em São Gonçalo e que os conduza a uma aprendizagem significativa.

E para tal objetivo, é necessário pensar o papel da escola para a formação do cidadão crítico. Neste contexto, o autor Santana Filho (2006) encara a escola a partir de uma perspectiva concreta, entendida como um lugar de vida e conflitos. Neste sentido, tanto a produção geográfica quanto o ensino de Geografia necessitam de um projeto societário vinculando assim com a ideia de cidadania. Em outras palavras, busca-se recuperar o lugar do sujeito alienado de sua maior produção que é o espaço. Dessa forma há uma necessidade de que os produtores do espaço se vejam nele, compreendam os processos formadores e projetem intervenções socioespaciais, pois a produção do espaço é observada nos objetos que compõem a produção das cidades, não só na relação econômica, política, mas também na produção social que desenvolvem e redefinem as cidades e os sujeitos sociais.

Nessa perspectiva, o estudo da cidade e urbano a partir das práticas socioespaciais dos alunos, possibilita o aprofundamento do debate acerca da cidadania e o direito à cidade

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005, pp. 7-70.
- ANTUNES, Celso (Org). Conceituação de Segregação. In: **Uma Aldeia em Perigo**: um ensaio sobre os grandes problemas geográficos do século XX. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 81.
- BAITELLO JÚNIOR, Norval. A Sociedade da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n.4, p. 19-28, 1994.
- CAMPOS, Andreilino *et. al.* **Desvendando a segregação sócio-espacialmente induzida e o imaginário da violência urbana em São Gonçalo**. Relatório de pesquisa do Projeto desenvolvido financiado pela FAPERJ. FFP/UERJ; São Gonçalo, 2015, 47 (mimeo).
- CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 123.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas: Ed. Papirus, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto lobato; PINTAUDI; Silvana Maria (Orgs). **A cidade contemporânea: A segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. 39-59.
- CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Ática, 1989.
- COSTA, Maria Clelia Lustosa. **Cidade 2.000**: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza. 1988. 298 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- COUTO, Marcos Antônio Campos. Ensinar a geografia ou ensinar com a geografia? Das práticas e dos saberes espaciais à construção do conhecimento geográfico na escola. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n° 34, pp.109-124, 2010.
- DAVIDOCICH, Fany. Tendências da Urbanização no Brasil: uma análise espacial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n.1, p. 73–88, jan / mar. 1989.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Autores associados. 2002.

- GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot. **Periferias Segregadas, Segregação nas Periferias:** por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo, RJ. 218p. Dissertação de Mestrado. UFRJ, FAU. Rio de Janeiro, 2012.
- GONZALES, Suely Franco Netto. As Formas Concretas da Segregação Residencial em Brasília. In: PAVIANI. A. (Org.) **Brasília, Ideologia e Realidade / Espaço Urbano em Questão**. Brasília: Projetos Editores Associados Ltda. 1985. 198 p.
- GUIDUGLI, Odeibler S. Análise da Problemática Referente à Espacialização da População Urbana: aspectos da cidade de Rio Claro. **Revista de Geografia**. São Paulo, v. 2, p. 57-81, 1986.
- HARVEY, David (Org). A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: **A produção capitalista do espaço**. Ed. Annablume, São Paulo, 2005, pp 41-73.
- IBGE. (2019). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em: 23/05/2022
- KOZEL, Salette. **Das imagens às linguagens do geográfico:** Curitiba a “capital ecológica”. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris, Editions Anthropos, 2000.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LEITE, Edson José Diniz. **Às práticas socioespaciais de alunos do Ensino Médio do bairro Taquara - Duque de Caxias- RJ**. 2019. 146p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a perspectiva etnográfica e o estudo de caso. In: LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986, pp. 11-24.
- MORGENSTERN, Irvin. **The Dimensional Structure of time**. N. York, Philosophical Library, 1960.
- PAIVA, Márcio Luis Alves; JÚNIOR, Martha Maria. O ensino de geografia, a cidade e a construção da cidadania. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, ano 7, n. 1. p. 123-140, 2005.
- SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. A mediação didática do estudo da cidade e o trabalho de campo: diferentes formas de ensinar geografia. In: CASTELLAR, Sônia (Org.). **Geografia Escolar: contextualizando a sala de aula**. 1ed. Curitiba: CRV, 2014, p. 103-118.

SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. O estudo da cidade e do cidadão: A classe como intervenção didática para ensinar Geografia. **Revista Geográfica da América Central**, [S.I.], v.1, n° 58, p.101-123, 2017.

SANTANA FILHO, Manoel Martins de. A educação geográfica na escola: elementos para exercício desafiante da cidadania. **Revista Tamoios**, n 2, vol 2, São Gonçalo RJ, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7a ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979. 149 p

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica**. Campinas, Autores Associado, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio nobel, 1998.

VILHENA, Vasco de Magalhães. **Progresso, História Breve de uma Ideia**. Lisboa, Editorial Caminho, 1979.

YIN, Robert K. **O estudo de caso como estratégia de pesquisa**. In: **Estudo de caso: planejamento e métodos tradicionais**. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre Bookman, 2001, p. 19-30.